



**CÂMARA DE POLÍTICAS DE ENERGIA
E MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

Ata da 11ª reunião, realizada em 21 de maio de 2018

1 Em 21 de maio de 2018, reuniu-se ordinariamente a Câmara de Políticas de
2 Energia e Mudanças Climáticas (CEM) do Conselho Estadual de Política
3 Ambiental (COPAM), na sede da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e
4 Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os
5 seguintes conselheiros titulares e suplentes: a presidente suplente Débora Dias
6 do Carmo, representante da SEMAD. Representantes do poder público: Laura
7 de Moraes Andrade Coutinho, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento
8 Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Sedectes); Glória Stephanie
9 Gomes, da Secretaria de Estado de Cidades e de Integração Regional (Secir);
10 Túlio Almeida Lopes, da Secretaria de Estado de Governo (Segov); Mariana
11 Navarro Paolucci, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento
12 Sustentável da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (ALMG).
13 Representantes da sociedade civil: Thiago Salles de Carvalho, da Associação
14 Brasileira de Geração de Energia Limpa (Abragel); Igor Lopes Braga, da
15 Associação Mineira de Silvicultura (AMS); Adriano Scarpa Tonaco, da
16 Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); Gleyber Ferreira
17 e Silva Carneiro, da Cáritas Diocesana de Itabira; Fábio José Bianchetti, da
18 Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes); Oswaldo
19 Dehon Roque Reis, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea).
20 **Assuntos em pauta.** 1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.
21 Executado o Hino Nacional Brasileiro. 2) ABERTURA. A presidente suplente
22 Débora Dias do Carmo declarou aberta a 11ª reunião da Câmara de Políticas de
23 Energia e Mudanças Climáticas e fez leitura do memorando da Presidência em
24 que é designada para presidir esta sessão. 3) COMUNICADOS DOS
25 CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS. Larissa Assunção Oliveira
26 Santos/FEAM: “No dia 18, sexta-feira, foi publicado o Decreto do Registro
27 Público, e agora nós vamos poder começar a trabalhar, dentro do governo, com
28 a DN de Registro de Particulados. Foi até uma questão que o conselheiro
29 Adriano abordou conosco na FEAM. A Asnep também, assim como a Fiemg,
30 percebeu a questão dos benefícios, que não podem estar escritos do jeito que
31 estão. Então, nós vamos trabalhar com essa DN, internamente, e depois vamos
32 trazer para ser pautada aqui dentro para os senhores conselheiros opinarem.”
33 Conselheiro Adriano Scarpa Tonaco: “Eu agradeço o esclarecimento. Pelo que
34 nós vimos do decreto, na última reunião da CEM, fizemos uma proposta de
35 alteração do artigo 3º, e o decreto saiu sem essa proposta. Então, eu só queria
36 deixar registrado que, na última reunião da CEM, que o Felipe estava presidido,

37 colocou-se essa possibilidade de circular o texto para todos os conselheiros. Eu
38 acho que isso foi feito, todo mundo recebeu a proposta que nós fizemos, e ela
39 não foi considerada na redação do decreto.” **4) EXAME DA ATA DA 10^a**
40 **REUNIÃO DA CEM.** Aprovada por unanimidade a ata da 10^a reunião da
41 Câmara de Políticas de Energia e Mudanças Climáticas, realizada em 19 de
42 março de 2018. A Presidência registrou ausências de representantes da Seapa
43 e da Setur. **5) SEGUNDA VERSÃO DO ÍNDICE MINEIRO DE**
44 **VULNERABILIDADE CLIMÁTICA (IMVC).** **Apresentação:** FEAM. Sara
45 Gusmão/FEAM fez apresentação à Câmara da segunda versão do Índice
46 Mineiro de Vulnerabilidade Climática (IMVC), inserido na plataforma Clima
47 Gerais, uma das ferramentas transversais utilizadas para implementação do
48 Plano de Energia e Mudanças Climáticas (PEMC). **6) ANDAMENTO DO**
49 **PROJETO DE LEI DE COMBATE ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS.**
50 **Apresentação:** FEAM. Larissa Assunção Oliveira Santos/FEAM apresentou à
51 Câmara a situação atual de tramitação do projeto de lei de combate às
52 mudanças climáticas proposto pelo governo do Estado, que se encontra
53 atualmente na Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Informou que o projeto
54 foi anexado a outro projeto de lei, de política estadual de mudanças climáticas,
55 e ambos passaram a compor um terceiro projeto de lei, que dispõe sobre a
56 política estadual de apoio às ações e empreendimentos voltados para
57 implantação de mecanismos de desenvolvimento limpo (MDL). Após a
58 exposição, foram registradas as seguintes manifestações. Conselheira Mariana
59 Navarro Paolucci: “Realmente, foi isso o que aconteceu. Ele foi anexado ao
60 1712, e o 1712 estava anexado já ao 723. A anexação se dá por similaridade da
61 proposta, e sempre o projeto principal é o projeto mais antigo. Então, não teria
62 como os projetos de MDL, que são diversos – tem oito projetos anexados nesse
63 723 – serem anexados à nossa política. Por isso que ele foi anexado, primeiro,
64 a um que trata da política, mas que também estava anexado ao MDL. Eles
65 poderiam até correr separados, mas isso é uma decisão muito mais política do
66 que técnica que acontece lá dentro da Assembleia. Às vezes, somos
67 consultados, mas nem sempre somos ouvidos. De qualquer forma, apesar de a
68 FEAM ter se manifestado de forma contrária à aprovação do 723, o que se faz
69 necessário agora é exigir o trâmite do 723. O projeto 723 tramitar não significa
70 que o que vai ser discutido é o teor do que está escrito nele, mas tramitam
71 todos juntos. Então, o projeto pode tratar de MDL, e dele sair uma política
72 estadual, porque a política estadual está anexada nele. Pode-se definir que não
73 vai ser tratado de MDL, mas sim de uma política, porque estão todos juntos.
74 Então, quanto a isso, apesar de ser contrário, o que a gente precisa agora é que
75 o 723 ande. E ele está na primeira comissão ainda, que é a Comissão de
76 Constituição e Justiça, e ainda vai passar na Comissão de Meio Ambiente e na
77 Comissão de Fiscalização Financeira. Com relação à moção da CEM, ela foi
78 lida na Comissão de Meio Ambiente, no dia 16 de maio. O presidente está
79 ciente da vontade da Câmara de participar das discussões. Realmente, é parte

que solicitemos aos órgãos técnicos que se manifestem, seja por meio de nota técnica, e, no caso de ter qualquer discussão ou uma audiência pública, esta Câmara será convidada.” Larissa Assunção Oliveira Santos/FEAM: “Assim como você falou que, quando tramita o 723, vão tramitar os outros projetos anexados, e a política pode surgir através disso, também pode acontecer o contrário, ela pode desaparecer, por exemplo.” Conselheira Mariana Navarro Paolucci: “Sim, ela pode desaparecer. A partir do momento em que todos os projetos começam a tramitar, esses projetos tratam de mudanças climáticas no sentido mais amplo, e não temos como afirmar o que vai sair daí. Pode sair um projeto de MDL, por exemplo, pode sair uma política. O mais sensato é que saia uma política e não um projeto de MDL, até por uma questão de uma opinião do órgão técnico, que sabemos qual vai ser, da FEAM, e de uma opinião do órgão técnico da Assembleia também, que é no sentido de encaminhar a política e não o projeto de MDL. Nessa questão da anexação, existem vários interesses que estão por trás disso e que às vezes justificam uma anexação ou não. Aprovada uma política de mudanças climáticas, mesmo que seja o texto integral do 4975, vai ser sempre um projeto de autoria do primeiro deputado que apresentou o projeto, não vai ser um projeto de autoria do governador. Então, tem muito interesse nessa anexação e, muitas vezes, não é nem pela temática, mas por outros motivos. Eu faço parte do órgão técnico e não político da Casa, e a nossa opinião é pelo andamento da política e não do MDL.” Conselheiro Adriano Scarpa Tonaco: “Existe alguma coisa que a CEM possa fazer neste momento.” Conselheira Mariana Navarro Paolucci: “O que precisa agora é de um impulso político para que esse projeto caminhe. Eu acho que o que a CEM poderia manifestar seria talvez a necessidade de se debater esse projeto, o 723 e os anexos, que não sei se teria um efeito prático. Mas, geralmente, essa pauta é definida em um nível político muito mais alto, junto com Casa Civil e liderança da maioria na Assembleia. Nós temos muito pouco controle do que vai ser discutido até o fim do ano, lembrando que estamos em ano de eleição e que é um ano complicado dentro da Assembleia.” Conselheiro Oswaldo Dehon Roque Reis: “Talvez seja exatamente o momento para que nós possamos acumular técnica e politicamente no intuito de poder dizer à Assembleia Legislativa da relevância da construção de uma política estadual de mudanças climáticas e todos os problemas que esta CEM, ao longo desse último período, tem passado pela ausência dela. Então, é mais do que importante, talvez até para que a própria Assembleia tenha menos alternativas, do ponto de vista político, de poder não aprovar ou pelo menos não debater. Porque esse é o risco. Mais do que o risco de não aprovar é o risco de não debater. Debater seria já um sucesso parcial, seria algo muito importante para que nós pudéssemos ter a presença dos deputados estaduais nessa temática de tanta relevância para o Estado. E isso é importante para podermos conectar com a temática anterior. Como nós vimos, há muitos municípios – não só em 2015, mas em 2018 – que urgem, que precisam de uma política em que haja a

123 consolidação de todas as práticas que têm sido feitas ao longo do tempo – não
124 só pelo governo do Estado, mas por todos os organismos interessados nisso –
125 para que possamos construir. E isso também pauta as eleições. Mesmo que
126 nós tenhamos esse processo de impedimento travando a pauta de aprovações
127 na Assembleia, nada impede que nós possamos colocar isso nas campanhas,
128 que vão aparecer mais adiante, no intuito de poder construir consenso entre
129 todos os candidatos mais viáveis.” **7) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros
130 assuntos a serem tratados, a presidente Débora Dias do Carmo agradeceu a
131 participação de todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta
132 ata.

APROVAÇÃO DA ATA

José Alexandre Pinto Coelho

138 Presidente Suplente da Câmara de Políticas de Energia e Mudanças Climáticas